

isto mesmo, cumprir-nos divulgar aquilo que cada um de nós pode, como cidadãos, sociedade civil, fazer pelo país como voluntários, nas mais variadas áreas.

No que respeita à integração de imigrantes, o voluntariado parece-me constituir uma excelente oportunidade de conseguir bons resultados: quer através de cidadãos portugueses, que podem trabalhar com migrantes para os ajudar no processo de adaptação à realidade do país, quer através de imigrantes integrados, descendentes de imigrantes ou imigrantes recém-nacionalizados.

A experiência dos imigrantes integrados e o seu sucesso pode ser a maior inspiração para os novos imigrantes, pelo que a sua participação nas associações de imigrantes se reveste da maior importância e interesse. É também por isso que cumpre ao Estado apoiar as actividades das associações de imigrantes e envolvê-las no processo de integração. Quero, por isso, deixar uma palavra de encorajamento aos que se dedicam ao associativismo imigrante e que se dedicam às suas comunidades, fazendo votos que nessa dedicação voluntária possam atingir os objectivos de integração que o Estado não consegue por vezes, por si só, alcançar.

E, neste particular, só uma forte articulação de políticas e de esforços, em nome das políticas públicas e das estruturas de organizações e associações não-governamentais é que pode contribuir para que Portugal continue a figurar entre os países com melhores políticas públicas nas matérias associadas ao fenómeno migratório.

Este foi sempre o meu propósito, aquando do exercício de funções governativas nos XV e XVI Governos Constitucionais, quando procurei criar condições para que as associações de imigrantes pudessem participar, de várias formas, na concretização da política pública de imigração.

Impõe-se também uma palavra final para enaltecer o trabalho extraordinário que, de há muitos anos a esta parte, outras instituições da sociedade portuguesa, como são os casos da Igreja Católica, da Cáritas, da Cruz Vermelha Portuguesa e de tantas outras IPSS, muitas vezes com recurso ao voluntariado, têm feito – por vezes até melhor que o Estado – nas matérias atinentes à Imigração.

Henrique Pinto

Organizador do Número Temático Migrantes e Voluntariado

*“Se como o alimento e a água,
o exercício livre e gratuito da vontade é essencial à vida feliz,
o voluntariado não pode ser pensado senão como um direito de todos.”*

Introdução:¹ Talvez a mais genuína forma de ser – Um direito fundamental

O voluntariado é um fenómeno mundial.² A sua prática, mais *organizada*, varia claramente de país para país, dependendo esta, em larga medida, de um forte apoio do Estado, do quão robustas e organizadas são as instituições no terreno e dos rendimentos dos cidadãos – o que faz com que nações menos desenvolvidas, com maiores dificuldades e elevados índices de pobreza tenham uma menor percentagem de pessoas envolvidas em acções de voluntariado.³ Mas o seu valor e importância são hoje um facto mundialmente reconhecido, salvaguardado e promovido.⁴

Especialmente dedicada ao Voluntariado e a um estudo que entende explorar a sua relação teórico-prática com o *fenómeno migratório*, esta edição da Revista Migrações prova, pela proveniência precisamente dos autores que a integram e pelos temas que abordam, que o voluntariado é actualmente uma *incomensurável riqueza* em qualquer canto do planeta, sobre a qual se têm recentemente publicado variadíssimos estudos, havendo, no entanto, sempre tanto, ou um *continuo excesso* que fica indefinidamente à espera de se dizer, em cada reflexão séria que se faça sobre a sua experiência. Se, por um lado, a participação generosa neste projecto de autores a viver ou com ligações a cada um dos seis continentes nos permite pensar *globalmente* o tema, por outro, e sem qualquer pretensiosismo, o humilde e rigoroso contributo de cada um, entende também deixar claro que, sobre a *prática do voluntariado* e as *migrações*, muito mais haverá a descrever e explorar, em continuidade. Sem que fosse, pois, seu propósito a construção de uma razoável síntese sobre o que até à data se discutiu sobre o tema [o que teria sido à partida, uma *missão impossível, logo insensata*], o projecto entendeu, mesmo assim, abordar questões que fizessem hoje a sua actualidade, para que a sua utilidade, *hic et nunc*, como um verdadeiro instrumento de trabalho,⁵ prático e imediato, conseguisse ir bem mais além da informação ou do conhecimento que este também possa eventualmente oferecer.

Assim, o trabalho indaga sobre as origens do voluntariado, reflecte criticamente a relação do poder político com a sociedade civil e o meio mais académico, revela como o voluntariado, vestido das mais diversas roupagens, é factor de desenvolvimento, de paz, e até alternativa ou mesmo solução para o turista sedento de outras experiências, e tão desencantado com o turismo de massas. O apoio dado gratuitamente ao refugiado, ao imigrante e a outros grupos mais desfavorecidos, privados, por exemplo, do direito à saúde, também é matéria que emerge, nesta edição, como se sugerem métodos capazes de tornar o voluntariado, e o voluntariado de imigrantes, um verdadeiro sucesso. O relato sobre o voluntariado de imigrantes reformados, a

viver, neste caso, em Espanha, permite também que o mesmo se encare como factor de qualidade na vida de quem envelhece. A revista não aborda, talvez para surpresa ou até desconolo de alguns, o valor e a importância do voluntariado a partir do que hoje possa, no entender de muita gente, justificar a sua fomentação, nomeadamente, o seu *indiscutível valor económico*.⁶ Como se tornará claro (e este será verdadeiramente um ponto basilar no meu tratamento do tema), o voluntariado, sem que se faça depender de nada nem de ninguém, irrompe aqui como um *valor em si mesmo*. No entanto, a sua relação com a economia actual, e com a que hoje se diz de *comunhão, social* ou *civil*, e da qual é motor, é transversal a quase todos os artigos.

No seu conjunto, todos estes trabalhos, cuja apresentação individual e mais detalhada, se deixa para o final deste texto introdutório, é precedida por aquilo a que poderíamos chamar de *exercício em filosofia ou até teologia política*. No fundo, o que esta análise filosófica propõe, como preâmbulo, é um contributo pessoal pós-moderno, que ao reflectir os termos - *voluntariado e migrações* - acaba também por revelar a condição humana, que uma severa crítica, feita ao *logocentrismo* moderno, por pensadores como Michel Foucault e Jacques Derrida, introduz no interior da razão positivista, como seu *outro lado, diferente, sombrio, louco e fracturante*.⁷ Aquele, pois, que neste contexto, iremos ver afirmar-se como sendo **talvez a mais genuína forma de ser**, erguendo-se, no seu seguimento, como um **direito fundamental**, constitui, numa relação crítica com os sectores socioeconómico e político, o ponto de partida de um caminho cujas vozes, não sendo donas de quem falam, nem do que sobre essa matéria se diz, a outras hão-de levar, num fecundo e interminável relato presente/futuro sobre o *voluntariado e as migrações*.

E se voluntariado tomasse de assalto o planeta...

Dedicado às actividades de voluntariado promotoras de uma cidadania activa, o ano de 2011 não inaugura, na União Europeia (UE), o debate sobre o tema. A resolução do Conselho Europeu,⁸ no seguimento de uma campanha liderada por um grupo de Organizações Não Governamentais (ONG), assinala e celebra os primeiros 10 anos após a proclamação do *Ano do Voluntariado* feita, em 2001, pela Organização das Nações Unidas (ONU) e ao qual os Estados-membros da UE também aderiram. Mas o voluntariado surge pela primeira vez na UE, como uma matéria de direito próprio, em 1983, numa resolução do Parlamento Europeu.⁹

Passados 28 anos, e diante de um generalizado e crescente défice de participação cívica,¹⁰ a UE continua a acreditar que o voluntariado pode contribuir para um maior envolvimento das pessoas na construção do *Projecto Económico e Político Europeu*, como pode desencadear e favorecer uma renovada e contínua formação dos cidadãos. Por outro lado, e ainda que não integre o conjunto de objectivos traçados para o ano de 2011,¹¹ o convite à prática do voluntariado, imerso numa das mais duras crises económico-financeiras mundiais dos últimos tempos, talvez nos permita pensar, com total legitimidade, que o Conselho Europeu o tenha também feito com o propósito de apelar a uma generalizada e generosa participação de todos na sua resolução. Tendo-se-lhe reconhecido um incontestável valor económico, o generalizado

incremento do voluntariado na UE revelava-se um importante aliado no tratamento do elevado endividamento de alguns dos seus Estados-membros, da sua abrupta e sufocante falta de liquidez, e do seu conseqüente e dramático aumento da carga fiscal, do desemprego e do custo de vida.

Não há dúvida que a *educação* e a *mobilização* de todos para a prática do voluntariado, implicam e realizam, em si mesmas, uma concreta *forma de estar na vida*. É crucial, no entanto, que se conheça que humanidade ou que tipo de sociedade entende o voluntariado servir (que hoje também se tem vindo a tornar moda), na resposta a situações de grave carência socioeconómica. Se ele nasce e se cultiva em casa e na escola, e se estes lugares continuam, ainda hoje, no meu entender, a ser espaços que adestram, não para a *arte da cooperação*, mas para a de uma competição sem ética, como poderá o voluntariado, neles fomentado, traduzir o *exercício de um cuidado recíproco*? Serão, na prática, os gestos gratuitos de alguém, com propósitos egocêntricos, acções de voluntariado? Não estará já, num *descentrado e gratuito exercício de si* (entendido aqui como voluntariado), uma inerente resposta à condição humana, sendo também esta resposta às questões (“egocêntricas”) de cada um?

Em paralelo com temas como a *felicidade* e o *bem-estar*, o voluntariado tem vindo a fazer cada vez mais parte do discurso económico neo-liberal, não só porque se lhe descobriu e reconhece, como já o referi, um elevado valor económico, mas pelos dramas humanos e ambientais, que a mesma economia tem criado, e pela sua incapacidade em resolvê-los. Há de facto que apontar e admitir que, mesmo que não tenha feito parte oficial do saber económico, e até nem lhe tenha sido central, a economia de mercado, que actualmente governa o mundo, estaria num estado de falência bem pior, sem as *infinitas doses de gratuidade* que desde sempre a têm permeado, silenciosamente. Na verdade, “*o que aconteceria*” como sublinha John D. Caputo, “*se só houvesse economia, se ninguém fizesse nada senão por dinheiro?*” (2007:71)¹². É, no entanto, importante que fique desde já claro que o voluntariado não nasce da ciência económica, nem este se lhe reduz, estando-lhe sujeito, servindo-a. Por outro lado, digo também a quem, estando entusiasmado, no sector social, com uma possível economia nascente e impulsionada pelo voluntariado, que possa ser alternativa ao actual modelo económico, que esta nunca será possível sem uma radical alteração da forma como a sociedade está organizada. O voluntariado, como o explico mais à frente, numa relação com a (i)migração, existe numa permanente rota de colisão com os sistemas de exclusão que nos governam. Por isso, apostar nele, sem que isso significasse obrigatoriamente uma mudança de *status quo*, de paradigma, significaria, como diz Slavoj Žižek, continuar a compensar a incompetência dos sistemas políticos e socioeconómicos actuais, na resolução dos problemas, com a criação de organizações da sociedade civil e do seu voluntariado¹³ – o que já é, aliás, o caso, há imenso tempo. Mas a hipótese de uma *total reinvenção de nós mesmos*, a todos os níveis, é claramente o desafio que o voluntariado deixa em cada gesto seu. Que um dia tomasse de assalto o planeta (tendo-se tornado presente e visível em tudo e em todos), o voluntariado seria a realização de uma *utopia* - uma *loucura* certamente, sonhada e querida por muitos, mas que os interesses económicos mundiais, de quem o poder político é actualmente um *refém-conivente*, não consegue nem sequer imaginar, ainda que uma tal reviravolta se pudesse até antever como possível.¹⁴

O voluntariado como *impossibilidade*: Quando os Estados decidem onde, como e quem querem ter por cidadãos activos

Diante do que, no momento actual, parece justificar a importância e urgência do voluntariado, ficará sempre por apurar até que ponto o investimento feito na sua promoção pelos Estados, organizações e por quem, no geral, nele acredita, também o elege como *construtor primordial* de uma *cuidada sociabilidade*, para lá do serviço, pago ou gratuito, prestado a pessoas ou grupos, ou a qualquer sistema instalado de governo pessoal ou colectivo. Mesmo assim, e sem que dependa, como já antecipei, dos efeitos de nenhum défice de participação cívica, ou de nenhuma crise económico-financeira, todo o renovado apelo a uma mais consciente e activa participação dos cidadãos na construção de um *projecto social comum* é já, por si só, uma boa coisa. Aliás, este é um *gesto que vemos tantas vezes concretizado em infinitas acções de anónima* e pura gratuidade, sem que se lhes conheçam, efectivamente, os motivos ou uma real razão.

O apelo, porém, *a ser voluntariado e a fazer a diferença*, pode não ser possível a todos os que, de forma dita legal ou ilegal, residem na UE, ou em qualquer outro lugar do mundo.¹⁵ Ainda que grave, a questão que aqui se coloca não entende incluir apenas, propositadamente, os que, por serem mal pagos, se obrigam a trabalhar noite e dia, sem cessar, mas os que, por serem *migrantes*, se vêem frequentemente numa situação de *ilegalidade*. Ao ser expressão de liberdade, ou ao poder apenas ser praticado por pessoas livres, na sua mente e no seu corpo, o voluntariado encontra na *ilegalidade de milhares de migrantes* uma *impossibilidade* e, por conseguinte, um vedado acesso a ser, por *direito, mais genuinamente feliz*. O problema, de facto, adquire contornos ainda bem mais graves, quando, ao contrário do que muitos possam supor, o voluntariado se revela vital ao desenvolvimento humano, não podendo, por isso mesmo, ser reduzido a um *mero hobby* ou uma *saudável ocupação* dos que, sendo razoavelmente bem pagos pelo seu trabalho ou vivendo desafogadamente bem, de rendimentos próprios, podem disponibilizar e usar do seu tempo e de recursos próprios em actividades de cooperação gratuita. Obrigados a esconder-se e a fugir das autoridades, o migrante que se encontra sobretudo numa situação de ilegalidade, não se vê apenas impedido de participar activamente na construção de uma particular comunidade, também se vê privado do *direito a simplesmente viver*, ou a *projectar-se, livre e gratuitamente, na direcção de um outro*. São incontáveis os migrantes indocumentados, na UE e no resto do mundo.¹⁶ Por isso, quando, na prática, os Estados decidem onde, como e quem querem ter por cidadãos activos na construção de uma nação, ao manterem na ilegalidade milhares de migrantes, todo o ano que instituições internacionais proclamem, Ano de Voluntariado, pode não ser mais, logo à partida, que uma *manobra desleal* de um jogo demagógico, hipócrita e violador de direitos, e por isso, um ano muito pouco sério e inclusivo.

Voluntariado, imigração e bem-estar

O voluntariado e a imigração não são certamente a mesma coisa, mas há pelo menos três elementos, no meu entender, que nos permitem relacioná-los positiva e

criativamente um com o outro: a *vontade*, a *mobilidade* e o *outro* de um outro lugar, ou o que comumente se apelida em filosofia e teologia política de *alteridade* – que as obras, por exemplo, de Bataille, Blanchot, Klossowsky, Van Gogh, Artaud, Sade e Nietzsche trouxeram à luz do dia, não como um lugar para além dos limites do espaço e do tempo, mas como uma advertência de que o *outro*, na sua *diferença*, não pode ser feito refém de qualquer tipo de linguagem ou verdade.¹⁷ Estes três elementos não só caracterizam ou definem, de forma aberta, o que o voluntariado e a imigração são, como ambos nascem e são, no fundo, a relação entre eles. Mas há também outras duas realidades que nos permitem distingui-los e separá-los, num questionamento deveras importante sobre mínimos necessários à manutenção do *bem-estar*, e ao qual a vida parece chamar ininterruptamente. Por um lado, a *liberdade*, por outro, a *gratuidade*.

Liberdade, vontade, mobilidade, alteridade e gratuidade

A **liberdade** (*libertas*) não é algo de natural, ou uma realidade que exista em si mesma; como *experiência*, a liberdade apenas é possível dentro do agir humano, emergindo dele, da capacidade ou do poder¹⁸ de *seres em relação* (interdependentes) se resistirem mutuamente.¹⁹ Por isso, se diz que uma pessoa será mais ou menos livre na medida em que disponha dos meios necessários para se resistir, a si, ou a um outro. Como tal, a liberdade não é uma meta que nos aguarde, mas uma construção em contínuo desenvolvimento, ou projecto interminável.²⁰ Ficaré sempre por dizer quando, e se alguma vez, seremos verdadeiramente livres. No entanto, não será de todo inapropriado afirmar-se (antes pelo contrário), que o nível ou o grau de liberdade que caracteriza a vontade e a mobilidade do voluntário e do imigrante não é o mesmo, quando, numa afirmação da vida, tal como se manifesta, retemos, com Jon Simons (1995:87), que “*a nossa luta é a nossa liberdade, o nosso combate a nossa arte e a nossa resistência a nossa existência.*”

Constitui o voluntariado (não podendo ser de outra forma) um acto livre da **vontade** (*voluntas*), mas o mesmo já não é o que precede e caracteriza a vontade e a mobilidade do imigrante. Enquanto que no primeiro a vontade não age contrariada, no segundo, a vontade é geralmente coagida. E o mesmo acontece com a **mobilidade** (*mobilitas*). Se no voluntariado ela se faz na direcção de alguém ou de algum lugar, que a vontade livremente escolheu, na imigração, lugares e pessoas não resultam geralmente de uma livre escolha da vontade, mas do que se lhe impõe como possível, a partir de um processo doloroso e angustiante, onde alternativas se buscam, como resposta, a uma indesejada situação. O imigrante é alguém que por razões de índole sobretudo económica, política e ambiental, é estrangido a partir, deixando para trás a terra onde nasceu, os seus familiares, amigos, haveres e um sonho por viver. A decisão de partir não é tomada no exercício de um *direito a migrar* (como aquele que, tendo nascido em Portugal, se vê chamado, dentro de um processo de transformação pessoal, a não ser português), mas num contexto em que é urgente neutralizar ou ultrapassar o que, num determinado local, ameaça a vida e a sua sustentabilidade.

A *mobilidade*, não apenas física, mas mental, não é algo de acidental à vida. É antes uma característica intrínseca à condição humana, crucial ao desenvolvimento hu-

mano, do voluntário como do migrante, mas tão fortemente condicionada na vida de quem se viu e vê obrigado a partir – ao contrário, precisamente, do que acontece num acto de voluntariado.

Ao significar *ir na direcção de um outro* (*alter*), a mobilidade é extremamente necessária à vida que não é *auto-suficiente*. Por que somos seres interdependentes, a mobilidade, ou esta capacidade de irmos na direcção da nossa diferença, torna possível a relação com ela, com um mundo que se desdobra numa realidade tantas vezes descrita como algo que existe dentro (interior) e fora (exterior) de nós (Huffer, 2010: 98-104 e Deleuze, 1998). Aliás, será talvez ajustado dizer-se que nascemos e vivemos por esta relação – o que torna ainda mais importante a mobilidade nos processos de transformação da vida humana.

A questão que ainda hoje se discute, se o voluntariado (para lá de uma actividade ocasional) é ou deve pensar-se como um *estilo de vida*, reflecte uma concepção que se vai gradualmente aproximando do que este breve ensaio pretende defender, inspirado na obra de diversos autores, que sempre se pensaram na esteira da Escola de Frankfurt:²¹ que o voluntariado é *talvez a mais genuína forma de ser*, aquela que, no meu entender, também testemunha que os seres humanos, como explica Francis Fukuyama, nunca existiram como “seres isolados” mas como “seres reciprocamente altruístas”, vocacionados para a “cooperação com outros”,²² para lá, por conseguinte, de um mero estilo de vida, que se decide e abraça quando apetece, e entre tantos outros.²³ Sem que veja numa pós-moderna concepção de nós mesmos uma lacuna, sinais até de uma queda ou da perda de um particular estado de graça, tal como narrado por algumas tradições religiosas,²⁴ esta mobilidade, que como uma *resposta a um chamamento*, nos impele ou nos leva na direcção de um outro, não é uma alternativa entre outras, mas o *único caminho* capaz de garantir *qualidade e bem-estar* ao ar que cada um respira. É óbvio que a vontade poderá sempre decidir diversamente mas, ao fazê-lo, terá que ter plena consciência que o que escolhe para si não é viver, mas morrer. É que a vida, e o que a possa realizar e tornar feliz, não é de todo possível sem os outros, ou sem uma relação feita de um *contínuo e agonístico diálogo* com a sua diferença.²⁵

Como um acto livre da vontade, na direcção de um outro, o voluntariado surge assim como a *forma que melhor exprime e realiza a condição humana*. E como esta mobilidade ou este movimento de dentro para fora não responde a uma intrínseca necessidade que tenha que ser satisfeita, o voluntariado é sobretudo **gratuidade** (*gratuitus*), ou seja, um encontro entre seres que na *reciprocidade desinteressada* de cada um, se revelam *dádiva transformadora de ambos*, sendo, por isso, no dizer de Luigino Bruni, simultaneamente “*bênção*” e “*ferida*”, logo, uma “*experiência de alegria e de dor, de vida e de morte*”.²⁶ E sublinho *reciprocidade desinteressada* para aludir e posicionar, para lá dos interesses de cada um, *um mais genuíno voluntariado*, desafiando, assim, o voluntário a uma perene transgressão dos seus constrangimentos e limites, enquanto contesto, por outro lado, o dualismo, dador/recebedor, com que frequentemente o voluntariado é pensado e praticado. Pois ainda que o outro se sinta ou se tenha por seu único beneficiário, e o voluntário, por seu lado, se imagine um dispensador de benefícios, numa acção de voluntariado, que seja uma genuína e

verdadeira celebração da dádiva, não se sabe quem é quem, nem se lhe conhecem as intenções ou as necessidades de cada um. E é precisamente na *eliminação do domínio de um sobre o outro*, que toda a actividade voluntária se torna o espaço de uma *sofrida e abençoada* (feliz) recriação.

Talvez o outro, que por interesse acolhe e se torna sustento na vida de um imigrante, não lhe permita qualquer tipo de interrogação, exercendo sobre ele, porque o paga, e talvez o olhe de cima para baixo, uma quase total sujeição. O outro, porém, a quem o voluntariado se dirige, é alguém cuja eventual situação de imigrante, refugiado, desempregado, deslocado, explorado, excluído e pobre, se torna, em roupagem levinasiana,²⁷ um *inevitável questionamento* dos actuais sistemas de governação pessoal e colectivo, que produzem precisamente tais situações, e ao qual é necessário e urgente responder. Ao contrário do que se pensava há uns anos, em Portugal, a verdadeira questão, como problema (e pensando aqui o imigrante como o *outro que vem de longe*), não é a ameaça que este pode ser ou representar para o país, mas o que a sua situação de imigrante tem a dizer, sobre todo tipo de governo que gere aqui, como num outro local qualquer, fenómenos tais como o da *imigração*, pobreza e exclusão social.

Um direito de todos

Se a *liberdade*, no seguimento do que até agora foi dito, é o que introduz, na relação do voluntariado com a imigração, a diferença que os distingue e separa ao nível da vontade e da mobilidade, a *gratuidade* é, por sua vez, a discrepância que os distingue e separa ao nível da relação entre os seus diversos actores.

Ao contrário do que acontece no voluntariado, na imigração, o *outro*, de um outro lugar, e para o qual o imigrante tende, é sobretudo alguém, que ao abrigo de uma relação contratual, lhe pode garantir a sustentabilidade de que tanto precisa. Sendo esta uma relação remunerada, ela é também, geralmente, uma relação com *baixos níveis de gratuidade*, pois, dentro dela, o que importa não é uma desinteressada e recíproca partilha do que se é, num diálogo que interroga, subverte e transforma atitudes e comportamentos, mas a satisfação dos interesses de cada parte, paga e claramente definida num contrato que pode ser de trabalho ou de outro género qualquer. Considerado, porém, o voluntariado como a *mais genuína forma de ser*, sendo aquela que à partida traz ao existir maior bem-estar, os seus *baixos níveis* ou a sua *considerável ausência* na vida de quem se vê obrigado a relacionar-se com os outros, dia e noite, através de um contrato ou de uma prestação de serviços, pela qual é pago, pode significar *uma vida menos feliz* (Smith, 2010). Descontentes ou não com o facto, a verdade é que hoje ninguém pode garantir-se mínimos de sustentabilidade sem a conquistar, dia após dia, através de um trabalho recompensado. O problema, e não incluo aqui obviamente pessoas que vivem desnecessária e irresponsavelmente acima das suas possibilidades, é que nem sempre o rendimento auferido é suficiente para fazer face aos mínimos necessários ao manejo da vida, havendo, por isso, quem seja obrigado a ter mil e uma ocupações, e quem tenha que deixar a sua terra e procurar um trabalho que seja bem mais premiado num outro lugar. Mas quando

assim é, pouco ou nada resta de tempo e de disposição física e mental para o *exercício da vida enquanto dádiva*. O voluntariado acaba por não ser *uma prática acessível a todos*, o que equivale a dizer que também o bem-estar que dele advém o não é. De facto, se ao contrário de uma ocupação ou de uma actividade paga, o voluntariado permite que as pessoas façam o que mais gostam e daí tirem um indizível gozo e alegria; e se o que se tem por felicidade ou razão por que se vive, é o que resulta, como no voluntariado, de uma partilha desinteressada da dádiva de cada um, com uma consequente, desejada e contínua transformação pessoal, então quem se vê forçado a ser assalariado toda a vida, a investir todo o tempo que tem na sua sobrevivência, quem, no fundo, trabalha de sol a sol, e vive, mesmo assim, privado do que é vital à vida, mergulhado na mais severa pobreza e exclusão, dentro ou fora do país onde nasceu, estará sempre longe de experimentar a felicidade, a saúde, a alegria e a longevidade a que tem direito, e de que falam com tanta frequência os que fazem voluntariado (Luks e Payne, 2001). Mas o que se revela, no final, como sendo fundamental, é que se como o alimento e a água, o exercício livre e gratuito da vontade é essencial à vida feliz, o voluntariado não pode ser pensado senão como um **direito de todos**.

Voluntariado informal e formal

Talvez tenha existido um tempo, imensamente remoto, em que o voluntariado, ainda sem uma *ciência* sobre ele, preenchia, como *algo de normal*, as horas do relacionamento entre seres animais e a natureza. A *fragilidade, contingência e finitude* de tudo o que existe não é uma descoberta recente, mas a condição comum a tudo o que nasce e é deste mundo. Por oposição a esta, e diante, por conseguinte, da necessidade de garantir ao ser humano, como *forma sem essência*,²⁸ *segurança e oportunidades* de desenvolvimento, o voluntariado, enquanto acto livre e gratuito da vontade na direcção do outro, também se traduz por *cuidado*. Este, de facto, foi sempre o segredo ou o alicerce por detrás do que uniu famílias, grupos, comunidades e povos, e tornou possível, no tempo, a sua sustentabilidade. Existir, viver no desempenho diário de determinadas tarefas ou funções, dentro de uma tribo ou clã, não era mais que o *normal* exercício de um *cuidado recíproco*, cujo propósito era o de neutralizar a vulnerabilidade, o risco e a ameaça, e adiar a mortalidade, garantindo assim, a todos, o melhor bem-estar e crescimento possível (Fukuyama, 2011: 55-79).

Mas ao conceptualizarmos sobre o voluntariado, talvez se torne hoje, então, importante a distinção entre o que poderíamos chamar de voluntariado *informal* e *formal*.

O primeiro, e no seguimento do que fui referindo até agora, terá existido desde sempre, sendo tão antigo quanto a raça humana, e sendo sua característica uma *não legislada* e espontânea, livre e gratuita actuação na direcção ou a favor de um outro.²⁹ O segundo, sem querer situá-lo rigidamente no tempo, diria que é muito mais recente, sobretudo pela sua formal ou *legal constituição e organização* – ainda que outrora, grupos, que se plasmavam e criavam entre si alianças para se defender ou atacar, também se organizassem *ad hoc*, com o propósito de socorrer ou aliviar o fardo de outros (2011: 64-79). Nasce do desejo de quem, vivendo razoavelmente bem, ou encontrando-se até na dependência de outros, como acontece com inúmeros jovens

de hoje, decide compensar, de forma organizada, por uma determinada falta de cuidado, resultante de um profundo e *dramático enfraquecimento dos laços de família e sentido de comunidade*.

Assim, por estes dias, quando se fala de voluntariado, as pessoas referem-se sobretudo a uma actividade *formalmente instituída*, esquecendo, com frequência, que o voluntariado, antes de mais, se experimenta e vive na *relação directa* com o mundo, sem qualquer tipo de mediação organizacional. Na verdade, o segundo não existiria sem o primeiro e a qualidade do segundo dependerá sempre da concepção, promoção e dinamização do primeiro. Diria mesmo que o voluntariado formal é expressão da *qualidade afectuosa* de um cuidado mais interno ou de proximidade informal. No fundo, é a *felicidade* que nasce dos actos informais de responsabilidade pelo outro, que de forma organizada se exterioriza e manifesta, e se ergue para lá das meras relações de sangue, das que se estabelecem em nome de uma identidade ou de um vínculo político, cultural e religioso. Uma questão, porém, importante, transversal a todo o tipo de voluntariado, que não pode deixar de se colocar aqui, precisamente porque oriunda da natureza que o caracteriza, é a que pergunta até que ponto o voluntariado é um acto que permanece livre, aberto e fiel ao questionamento que uma relação com o *desconhecido* coloca.

Família e comunidade-providência

O acento sobre o indivíduo, que a actual economia mundial procura ainda tornar *independente, auto-suficiente* e *immune* à dádiva dos outros,³⁰ pelo trabalho pago, obrigará e justificará a criação de organizações através das quais milhares de pessoas responderão às necessidades daqueles que o sistema vai deixando de fora como *lixo social*. Perguntar-nos-emos sempre, como pensadores apreensivos e suspicatos, se as organizações e os que nelas fazem voluntariado não são criaturas que um mesmo sistema socioeconómico produz para compensar pelos seus desequilíbrios, tornando-os coniventes e ao mesmo tempo pessoas incapazes, impedidas de questionar e de resolver as verdadeiras causas dos problemas. Por outro lado, e em oposição a este tipo de voluntariado mais formal, que cada vez mais estranhamente se deseja *legislado, protegido, seguro, profissional* e até *pago* pela concessão de benefícios fiscais, creio que hoje se impõe um investimento maior nas estruturas que permitiram e ainda hoje facultam, ainda que com inúmeras dificuldades, a regular a sustentabilidade de todos, sem excepção, de forma a que, como se vai infelizmente constatando, não haja gente obrigada a migrar no imediato presente/futuro, e quem faça voluntariado em território nacional ou até no estrangeiro, e não conheça os seus vizinhos de casa, e a comunidade local (talvez pouco consciente de si), onde está inserido. Como defende Guilherme de Oliveira Martins, hoje, *“perante a crise do Estado-providência, precisamos de construir uma Sociedade-providência que ajude à partilha por todos das responsabilidades sociais.”*³¹ No entanto, esta não será de todo possível se não se recuperar a importância e o valor da *família*, e com ela o da *comunidade*, o das *aldeias, vilas e cidades* que estas foram, em continuação, formando e construindo.

O voluntariado formalmente organizado nunca acabará. Convocá-lo-ão sempre outros de outros lugares, para quem a segurança, a sustentabilidade e a oportunidade de se darem uma forma se tornou impossível. E talvez assim, do mesmo modo, o fenómeno da migração coagida. É, no entanto, de todo urgente, na defesa que faço de um *voluntariado mais informal*, que este deixe também de espelhar um exercício de si, alicerçado numa *burguesa concepção da dívida*, num ocasional dar a quem precisa, quando a gratuidade se apresenta como a marca indelével que é comum a todos os seres, obrigando cada um a viver-se, não na *auto-suficiência* ou na *imunidade* ao outro, mas na *reciprocidade*, gerando precisamente como seu genuíno (biológico) estilo de vida, o voluntariado informal. Toda a acção feita a favor de quem é pobre, imigrante, com fome, desempregado, marginalizado, que se descubra não ser mais que mero *alívio de uma consciência burguesa*, refém de múltiplos interesses pessoais ou de grupo, e acima de tudo, infeliz, será tudo o que alguém queira, menos voluntariado.

Fraternitas

Concluo dizendo que, como aquela acção que responde a uma interrogação ou a um chamamento intrínseco à dimensão do que existe fora ou dentro de nós, o voluntariado não pode senão gerar pessoas, famílias, comunidades e empresas felizes. Felizes, não por atenuarem, segundo uma concepção de quem tudo tem e tudo pode, o fardo ou o desconforto de outras vidas, mas por poderem viver e partilhar com outros, a sua mesma *fragilidade* e *vulnerabilidade*, e a vida que se constrói sobre elas, superando-as, mas sem nunca lhes tentar escapar ou as deixar de ter e viver como condição humana, e em total reciprocidade. Como *talvez a mais genuína forma de ser*, ou como aquela que melhor responde, no meu entender, ao desassossego humano (*inquietum est cor nostrum*), o voluntariado ao ser, na sua génese, uma livre, gratuita e não legislada mobilização da vontade na direcção do outro, feita, portanto, de peito aberto e sem seguro contra qualquer tipo de risco, é gerador não da *solidariedade*³² que nasce conivente da economia de mercado, mas da *fraternidade (fraternitas)* ou comunhão que brota do abraço entre infinitas vulnerabilidades, de um abraço que se promete e constrói, mutuamente, *protecção, segurança e oportunidade*.³³ Aqui, a sua prática não se define por dadores e recebedores, por quem olha de cima para baixo ou de baixo para cima, mas por uma resposta que se apresenta como partilha horizontal *recíproca, subversiva, inovadora e geradora* dos mais variados dons, bens e serviços, a bem de todos, sem excepção.

A Revista

Esta edição da Revista Migrações divide-se em três partes. Ainda que separadas, numa divisão clara entre artigos mais *teóricos* e outros mais *práticos*, nenhuma aqui se apresenta com superior ou mais importante que outra, até porque, num fundamental e recíproco implicar-se, a teoria, como refere Foucault, não poderá ser mais que uma prática, local, regional e não totalitária.³⁴ Assim, integram a primeira, artigos de natureza mais científica; constitui a segunda, um conjunto de experiências que

se têm revelado, ao longo dos anos, boas práticas; e a terceira apresenta-se como um espaço mais aberto à opinião de autores, que debatem o tema do voluntariado, o fluxo migratório, e outras matérias actuais, que lhes estão intimamente ligadas.

Primeira parte – Investigação

Antes de falar da importância do voluntariado internacional para o desenvolvimento dos povos e a paz mundial, Luc Lapointe explica-nos a sua origem, a relação com as tradições religiosas, a sociedade civil, as suas várias expressões e significados, a sua amabilidade, como uma das suas principais características, e de como ele, ao longo da história humana, adquire picos de elevada utilidade e urgência em momentos de maior aflição e ruína. Ao referir-se à globalização e aos seus efeitos, Lapointe aborda a complexidade dos desafios que se colocam ao voluntariado internacional e, ao abordar o modelo actual de desenvolvimento económico, também lhe aponta as fragilidades, invocando, face às suas incongruências, a necessidade de se criar um novo paradigma de desenvolvimento, onde o voluntariado internacional e o turismo que lhe está ligado podem ser, dentro dele, esse novo pensamento e factor de humanização.

A partir da sua experiência, em cuidados de saúde, com refugiados e imigrantes indocumentados, em Oslo (Noruega), Trine Myhrvold reflecte a contradição que separa o que se decide por lei e o que acontece na realidade. Ao discordar da ilegalidade de todos, sem excepção, numa ligação do corpo à terra, Myhrvold critica a exclusão disfarçada do poder político e defende que o voluntariado das organizações não pode ser tapa buracos de um sistema incapaz de fazer justiça com ética. Citando Rawls, para Myhrvold, a justiça não é possível sem que o Estado e as organizações cooperem nesse sentido.

Ao fazerem referência a um estudo académico, que tinha sido encomendado a Peter Mayer, pelo governo do Sul da Austrália, sobre o impacto indirecto do voluntariado na economia, Peter Mayer e Lou Wilson afluam a relação do capital humano com o crime, a saúde, com níveis de educação, e os efeitos do mesmo sobre a inclusão social; falam da tese de um líder do partido trabalhista que sustém que os pobres são pobres porque carecem de capital humano, para também contraporem algumas das suas descobertas ao que alguns políticos pensavam. Mas no fundo, ao medir o valor do capital humano no Sul da Austrália, o que Mayer e Wilson debatem, neste seu precioso contributo, é o quão difícil é convencer os políticos a fazer o que de facto deve ser feito.

De forma muito prática e brilhante, Susan Ellis explica como o voluntariado, nomeadamente o que já é ou possa vir a ser praticado por migrantes, pode conseguir os melhores resultados. Ellis insiste sobretudo na importância do seu planeamento pelas organizações, no valor e na relação dos voluntários com as estruturas e o *staff* das instituições, e no benefício do seu trabalho para si mesmos, para as organizações e a sociedade no geral. Ellis sublinha também o quão importante é encontrar actividades que melhor se adequem à situação do voluntário imigrante, de forma que

estas se tornem na sua vida um importante instrumento de integração e janelas de oportunidades.

O resultado de um inquérito feito a pessoas pertencentes a três diferentes grupos de imigrantes (Hmong, Latinos e Somalis), do Estado Americano de Minnesota, sobre como pensam e vivem o voluntariado, é verdadeiramente iluminador para as organizações que desejam acolher e trabalhar com voluntários imigrantes. Neste extraordinário relato, Mai Moua sublinha que para o voluntário imigrante, para quem o voluntariado é sobretudo uma prática informal, o importante não são os resultados ou os fins a atingir, mas a relação e a confiança entre pessoas a favor de um bem maior, o da comunidade. Quando estes valores se estudam e compreendem, também o exercício de um voluntariado mais *mainstream* se enriquece com a cultura e os talentos de que são portadores.

Stephen Wearing e Simone Grabowski exploram o valor e a importância do turismo de voluntariado, no que concerne a sustentabilidade do meio natural e cultural das comunidades que o acolhem, em oposição ao turismo de massas e a outros que se têm ultimamente apresentado como alternativa a este. Com o propósito de defenderem um turismo alicerçado nas reais necessidades das comunidades, com as quais os voluntários se possam envolver, Wearing e Grabowski afluem temas tão importantes como o da sustentabilidade, o da identidade, o das relações de poder/conhecimento e reflectem as motivações do voluntário, o seu eventual altruísmo ou egoísmo, e a participação das comunidades contra a sua exploração por governos ou operadores locais.

Segunda Parte – Programas e Referências de Boas Práticas

O envolvimento de imigrantes reformados em actividades de voluntariado é um fenómeno cada vez mais crescente, nomeadamente em países como a Espanha. Ao estudar o facto entre sobretudo a comunidade inglesa residente na Costa Branca espanhola, Heiko Haas leva-nos a perceber que o que impele a maior parte dos reformados ingleses a fazer voluntariado na Espanha, é o facto de lhes estar no sangue, ou o de fazer parte da sua cultura. Por outro lado, a análise de Haas revela também, como razão, os ganhos valiosos que o exercício do voluntariado vai gerando. Ao fazer voluntariado, o imigrante reformado renova a sua vida, adquire outros hábitos e estabelece novos contactos.

Os imigrantes encontram no Serviço Jesuíta ao Refugiados (SJR) uma metodologia inovadora que lhes permite conhecer e integrar, com menos atritos e maior facilidade, o país que os acolhe. Com um departamento de voluntariado em Portugal, que articula com outros importantes agentes, André Costa Jorge e Ana Monteiro explicam que o SJR oferece uma “tutoria social” ao imigrante, onde um constante *ser ouvido* é uma fundamental prática ao estabelecimento e desenvolvimento de “um itinerário personalizado de inserção”, e um importante momento de enriquecimento pessoal na vida do voluntário tutor e confidente.

Conhecemos a Rede de Voluntariado Missionário pela Fundação Fé e Cooperação (FEC), que o coordena. Conscientes de que há sempre muito que fazer no país de origem dos voluntários, diz-nos Ana Patrícia que este movimento serve sobretudo para sublinhar aquilo a que chamam de “universalidade da ajuda”, e os efeitos ou as marcas positivas que o encontro dos voluntários com outros povos deixam sobretudo nos que partem, para algum tempo mais tarde regressarem à terra onde nasceram. Quem parte não regressa igual, e mais não deseja que viver pela diferença que o ir e vir, mais local ou global, imprime no corpo e transforma.

Cármem Queiroz e Timóteo Macedo revelam sobretudo a importância e o valor do voluntariado imigrante no apoio aos próprios imigrantes. Ninguém melhor do que eles, como referem os autores, poderia prestar com total eficácia este serviço. Por outro lado, a sua prática é também manifestação do tanto que têm para oferecer, nas mais variadas áreas, não só aos que se encontram na sua mesma situação, mas à sociedade no seu todo.

A Associação Clínica Frater é um bom exemplo do quanto se faz, em Portugal, pela saúde de quem, por razões de vária ordem, não lhe tem acesso. Numa situação de claro agravamento das necessidades, e ao servir também a imigração que vive, sobretudo, à volta do Barreiro (Setúbal), a médica Teresa Xavier sublinha sobretudo que são o custo dos medicamentos, a falta de acesso à informação sobre o direito à saúde e o peso da burocracia, o que leva a que muitos imigrantes encontrem na Frater a saúde que é possível.

Um notável exemplo do envolvimento e do real contributo das empresas na resolução dos mais variados problemas que afligem diversas comunidades em Portugal, chega-nos através do Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (Associação Grace), que hoje, passados 11 anos da sua fundação, reúne mais de uma centena de empresas, maioritariamente multinacionais. Como escreve Conceição Zagalo, o voluntariado empresarial, como expressão da responsabilidade social que todas elas decidiram assumir, através de programas concretos de intervenção, recuperação e organização, têm não só permitido melhorar as condições de habitabilidade de muitas comunidades de imigrantes, como têm proporcionado a tantos imigrantes um maior e mais bem sucedido desenvolvimento de competências.

Terceira parte – Artigos de Opinião

Fernanda Freitas responde à pergunta se uma boa vizinhança poderia levar ao fim do voluntariado. Ao trazer para dentro do seu artigo a iniciativa da Filos, *Casas dos Vizinhos*, a Presidente Nacional do Ano Europeu de Voluntariado 2011, em Portugal, defende que é necessário recuperar a boa vizinhança de outros tempos, atendendo também ao abandono e à solidão em que vivem muitos idosos. Mas esta boa prática, no seu entender, não extinguirá um voluntário mais formal. Antes pelo contrário. Ambos, serão sempre motor um do outro.

Com alusões concretas ao valor em si, e à riqueza de que o capital humano imigrante é criador, Joacine Katar Moreira e Luís Mah denunciam as políticas de imigração que contribuem para o afastamento dos imigrantes da vida política, alertam para as feridas ou traumas deixados pela discriminação de que ainda hoje são alvo, e propõem, que uma sociedade civil mobilizada, os partidos políticos, as associações de imigrantes e outros organismos a trabalhar com a imigração, colaborem no sentido de conseguirem uma maior inclusão dos imigrantes e uma efectiva participação cívica dos mesmos, nos países de acolhimento, como cidadãos de pleno direito.

Patricia Merkin fala-nos de como o voluntariado, depois de ter surgido com os filhos abonados dos imigrantes, como manifestação do mais puro paternalismo material e cultural, foi adquirindo, na Argentina, contornos novos, de acordo com a sucessiva alteração da situação socioeconómica e política do país. Com a necessidade de se invocar e trabalhar a solidariedade e a cidadania, como resposta a sucessivas crises, o voluntário foi deixando de fazer parte do universo da caridade, sendo hoje um agente social imprescindível, na relação com o outro, ainda que pouco se tenha sistematizado sobre a sua experiência e os seus efeitos, na sociedade argentina.

Com um conjunto de importantes considerações, sobre a decadência de projectos europeus e mundiais, tecidas sobre o rigor de uma atenta e envolvida observação empírica sobre os factos, José Luís Seixas leva-nos a perceber a decadência do momento e a dimensão perigosa da “catástrofe social” que ameaça o mundo inteiro, devido à actual crise económico-financeira, mas também a uma grande incapacidade de regeneração de valores fundamentais. O voluntariado, enquanto herança que ainda resta dos valores que o autor diz terem-se perdido, surge aqui, diante de um Estado falido e de tantas assimetrias, de que o próprio imigrante é denunciador, como uma força genuína, necessária à mudança.

Agradecimento

Esta obra, sem a colaboração generosa de alguns amigos, seria sempre certamente realizável; é, no entanto, sobretudo verdade que a sua coordenação teria sido muito mais difícil. Por conseguinte, numa derradeira nota, não poderia deixar de agradecer a perícia e o tempo dos que foram aliviando e enriquecendo o meu trabalho.

Katrin Kretschmer foi fundamental na procura de contributos internacionais; as traduções necessárias acabaram acidentalmente e bem nas mãos de Francisco Pólvora e David Rosie, ambos voluntários: o primeiro na Fundação para Evangelização e Culturas (FEC), o segundo na Internacional Network of Street Papers (INSP); por último, a edição de dois textos teve o apoio quase clínico de William Harris e Amílcar Fidelis; a todos estes estou imensamente grato pela disponibilidade com que sempre responderam às minhas solicitações, tantas vezes fora de horas.

Nem sempre é fácil convencer quem não conhecemos e vive sobretudo do outro lado do planeta a colaborar numa obra como esta. Houve quem tivesse aceite o desafio e o levasse até ao fim e quem viesse a desistir, sem que o previssemos, numa hora

já para lá de qualquer *deadline*. Mas o que esta edição da Revista Migrações revela, como conteúdo, é a pura gratuidade de quem aceitou sem rodeios colaborar e tornar possível este número. Por isso, aqui agradeço infinitamente a sua confiança, o seu saber e experiência, trazido para dentro deste espaço de partilha, onde um grupo de autores inicialmente desconhecidos uns dos outros, se foi tornando grupo de amigos.

Finalmente, uma palavra de gratidão para a Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural, Rosário Farmhouse, para o Coordenador do Observatório da Imigração e Director da Revista Migrações, Roberto Carneiro, de quem me tenho por amigo há muitos anos, e para a coordenadora editorial da revista, Catarina Reis Oliveira, pelos seus esclarecimentos e paciente acompanhamento. Hesitante, como em quase todas as coisas, por que sempre muito ocupado, achei que não podia deixar de responder afirmativamente ao convite de construir uma edição da Revista Migrações sobre o tema do voluntariado e as suas eventuais ligações ao fenómeno migratório.

No final, esta foi mais uma daquelas tarefas também a meu favor, de onde saí diferente e mais rico, a todos os níveis.

Bem-haja a todos!

Notas

¹ A tradução de todos os textos citados, neste trabalho, é do autor.

² Em colaboração com a International Labour Organization (ILO), o United Nations Volunteers (UNV) Programme, e um International Technical Experts Group (TEG), o Centro Universitário Johns Hopkins para os Estudos da Sociedade Civil revelou que cerca de 140 milhões de pessoas, em 37 países, envolvem-se em actividades de voluntariado, no decorrer de um normal ano civil. Se estes 140 milhões formassem um país, este seria o oitavo maior país do mundo (consulte ILO, 2011 e também, The European Volunteer Measurement Project, em http://www.cev.be/113economic_value_of_volunteering-EN.html).

³ Em 2007, países considerados ricos, como a Áustria, Holanda e Suécia, tinham mais de metade da população envolvida em actividade de voluntariado (60%, 55% e 53%, respectivamente), enquanto que Portugal e Lituânia, no grupo europeu de países relativamente pobres, eram nações onde a percentagem era a mais baixa, 12% e 11% respectivamente (veja, Angerman e Sittermann, 2010: 4).

⁴ A título de exemplo, no final de 2006, 65% dos europeus não participavam em acções de voluntariado, mas 79% consideravam importante, nas suas vidas, a ajuda aos outros ou o trabalho de voluntariado (European Year of Volunteering, 2011: 6). Sobre o número de horas e o valor económico do voluntariado no mundo, consulte o trabalho de Heiko Haas, ILO (2011) e, também, The European Volunteer Measurement Project.

⁵ Este número não analisa nem sugere, de forma totalmente inédita, uma *teoria* sobre o voluntariado e as migrações. Mesmo assim, os seus textos fazem eco da natureza instrumental do que Gilles Deleuze, em conversa com Michel Foucault, chamava de teoria. Para Deleuze e também para Foucault, uma teoria é apenas uma “caixa de ferramentas”, que se utiliza ou não na medida em que se mostre apropriada ou faça sentido num trabalho de hermenêutica da realidade (“Intellectuals & Power: A conversation between Michel Foucault and Gilles Deleuze”, pp. 2-3, in <http://libcom.org/library/intellectuals-power-a-conversation-between-michel-foucault-and-gilles-deleuze>). Esta é uma transcrição de uma conversa de 1972, entre Michel Foucault e Gilles Deleuze, que apareceu pela primeira vez em inglês no livro Michel Foucault (1980), *Language, Counter-Memory, Practice: Selected Essays and Interviews*, editado por Donald F. Bouchard, Cornell University Press.

⁶ Os 140 milhões de voluntários, em 37 países, de que falava na segunda nota de fim, representam o equivalente a 20.8 milhões de empregos a tempo inteiro; contribuem com 277 milhões de euros para a economia global, o que os tornaria a sétima maior economia europeia (veja, The European Volunteer Measurement Project; ILO, 2011). O actual Presidente da Federação Internacional da Cruz Vermelha, Tadateru Kono, reportou também que o valor económico dos serviços prestados em 2009, pelos seus 13.1 milhões de voluntários activos, em todo o mundo, foi de 6 mil milhões de dólares americanos, como se cada pessoa, na terra, tivesse recebido, em benefício, quase 90 cên-

timos do dólar americano (consulte, International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies, disponível em <http://www.ifrc.org/en/what-we-do/volunteers>).

⁷ Consulte, Michel Foucault (1961, 1966, 1969, 1975), e Jacques Derrida (1967a, 1967b, 1984). Veja também, a este propósito, John D. Caputo (1993) in James Bernauer e Jeremy Carrette (2004); Henrique Pinto (2004); Lynne Huffer (2010) e John D. Caputo (1997a e 1997b).

⁸ Decisão do Conselho de 27 de Novembro de 2009, relativa ao Ano Europeu das Actividades de Voluntariado que Promovam uma Cidadania Activa (2011) [2010/37/CE].

⁹ Resolution on Voluntary Work, OJEC C 010, 16 January 1984, pp. 288-291; também em Angerman e Sittermann (2010: 11).

¹⁰ Considere-se, e apenas a título de exemplo, o abstencionismo recorrente em eleições nacionais e europeias. Nas últimas eleições para o Parlamento Europeu, em 2009, apenas votaram 43% dos eleitores, com uma abstenção de 57% [Eleições europeias 2009, http://www.europarl.europa.eu/pdf/eurobarometre/28_07/FR_pt.pdf]. Nas últimas eleições legislativas, em Portugal, em 2011, o abstencionismo foi de 41%, e bateu recordes (em, DN Portugal, <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2011/06/05/abstencao-nas-eleicoeslegislativasportuguesas-chega-a-41-e-bate-recorde.jhtm>). Consulte também, European Election Database, <http://eed.nsd.uib.no/>.

¹¹ São quatro os objetivos oficiais decididos pelo Conselho Europeu para o ano de 2011: trabalhar para a criação de um clima favorável à prática do voluntariado na UE; “empoderar” os organizadores de acções de voluntariado para que possam melhorar a sua qualidade na UE; reconhecer a importância e o valor das acções de voluntariado; chamar a atenção de todos para o valor e importância do voluntariado [European Year of Volunteering 2011, Library of the European Parliament, Library Briefing, 049/2009, p. 5, em http://www.ppe.at/aktionen/bundesthema/bundesthema1011/pdf/faq_librarybriefing_ep.pdf; p. 14]

¹² Nas palavras de Caputo (2007:72): “As economias tornam-se férteis e produtivas pela dívida pela qual elas são subvertidas, interrompidas, marcam pontos, se abrem e expandem. As economias precisam das dívidas mesmo quando estas vão para além do que é necessário”.

¹³ Maximiliano Senci, “Contra Deum Deus IPSE: O Núcleo Êxtimo da Teologia Política de Slavoj Žižek”, p. 212, disponível em www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/saber/article/download/946/873.

¹⁴ Ainda que se mostre convencido sobre este tema, que “uma sociedade sem mercados e contratos não seria uma sociedade decente”, Luigino Bruni acredita, no entanto, que “uma sociedade que recorresse apenas aos mercados e contratos, para regular as relações humanas, o fosse ainda menos” (Bruni, 2005: 13).

¹⁵ Por que defendo, com milhares de outros, que ninguém é ilegal, a ilegalidade de alguém, assim declarada, essa sim, deveria ser solenemente pronunciada ilegal por todos os países do mundo.

¹⁶ Actualmente, cerca de meio milhão de pessoas indocumentadas entra na UE, todos os anos, com um ¼ a entrar pela Espanha (Illegal Immigrants and Stowaways, disponível em <http://www.ecop.info/english/e-sap-net-35.htm>). Mas já em 2009, o Parlamento Europeu revelava que na União Europeia, os imigrantes indocumentados, a trabalhar na construção, na agricultura, na hotelaria e noutros sectores, eram entre 4,5 a 8 milhões (Europe to penalise employers of illegal immigrants, disponível em <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?language=en&type=IM-PRESS&reference=20090120IPR46696>). Um ano antes, em 2008, e fora da UE, havia quem defendesse que os imigrantes ilegais nos Estados Unidos da América não eram 12 milhões, mas muito provavelmente 20 milhões (veja, Oh my Gov! Exposing Government's Wonders & Blunders, disponível em http://ohmygov.com/blogs/general_news/archives/2008/04/10/number-of-illegal-immigrants-in-u-s-may-be-closer-to-20-million.aspx).

¹⁷ Consulte, Henrique Pinto (2003: 4, 37-57). A reivindicação Foucaultina do *Outro*, dos aspectos que eram excluídos ou negados no pensamento ocidental, funda-se precisamente no surrealismo destes pensadores. Sobre Foucault, o surrealismo e a imaginação religiosa, veja Jeremy Carrette (2000: 44-62, 142).

¹⁸ Definido o “poder”, em termos Foucaultianos, como “uma acção sobre a acção de outros”, onde há poder, há também resistência (Foucault, 1982: 221; Foucault, 1976: 95; Simons, 1995: 82).

¹⁹ Seguindo ainda Foucault, aqui, a “liberdade”, como bem o exprime Christopher Falzon, “é a liberdade de concretos e finitos seres humanos, que existem no meio da história” (Falzon, 1998: 53).

²⁰ O que entendo afirmar aqui, no encaicho de Foucault e ainda nas palavras de Falzon, é que a “liberdade não é um ideal a conquistar-se pela superação das nossas circunstâncias históricas e fixação de uma ideal forma de vida. Já está presente na história, como a aquela que resiste e se revolta contra reais constrangimentos, socialmente impostos, incluindo aqueles que são sustentados por noções de uma natureza humana transcendental, e que norteia o diálogo na história” (Falzon, 1998: 53).

²¹ Escola de teoria social, interdisciplinar, neo-marxista, particularmente associada ao Instituto para Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt.

²² Numa brilhante obra sobre a origem das instituições políticas, Francis Fukuyama defende, em oposição a Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, e com base no trabalho de biólogos e antropólogos evolucionistas, que a “[S]ociabilidade humana não é uma aquisição histórica ou cultural mas algo que faz parte da natureza humana” (Fukuyama, 2011: 34, 26-48).

²³ A mais genuína forma de ser não pressupõe aqui uma *arce* ou um privilegiado acesso a uma verdade objectiva que nos informe, com absoluta certeza, sobre o que devemos ou não ser ou fazer. Traduzido, numa minha apropriação do trabalho ético-estético de Foucault, por um constante exercício crítico de si e dos outros, neste importante pensador francês do século XX, esta parece ser a forma, que na morte transformadora de si, melhor permite ao existir humano o menor domínio possível sobre os outros. Consulte, “Modifications”, em Michel Foucault (1984: 3-13); “The Constitution of Self as an Ethical Subject”, em Henrique Pinto (2003: 76-92); “Political Ethic of Eros”, em Lynne Huffer (2010: 266- 278); “Ethics, Critique and Enlightenment”, em Christopher Falzon (1998: 57-78); “Transgression and Aesthetics”, em Jon Simons (1995: 68-80).

²⁴ Consulte Foucault (1994, 342); veja também, Henrique Pinto (2003: 120; 2004: 201-202).

²⁵ Existir na direcção do outro, não significa estar-lhe sujeito ou submisso, mas entrar num processo conflituoso ou agonístico, de recíproco conhecimento e transformação, onde a cada um cabe também a melhor afirmação de si mesmo.

²⁶ Sobre a gratuidade, veja “Self, Freedom and Gratuity”, em Henrique Pinto (2003: 147-162); ver também “Eros, Philia, Agápe”, em Luigino Bruni (2005: 90-118).

²⁷ Com uma fundamental diferença, é que aqui, ao contrário do que acontece em Lévinas, o “eu” não é escravo passivo do “tu”, e a reciprocidade não é uma exigência ou dever do qual o outro (tu) está dispensado, mas um efeito do encontro entre dons, e o que ambos torna recíprocos (Lévinas, 1961, 1974). Ver também esta análise em Pinto (2003: 83).

²⁸ Como uma invenção de um passado recente, o homem moderno seria assim, para Foucault, apagado, como um rosto desenhado na areia, à beira mar, para voltar à sua condição de *sem essência*, ou de forma em projecto (Foucault, 1966/1970: 387).

²⁹ Consulte, uma vez mais, sobre esta matéria, a importância do “Estado de Natureza” (2011: 26-27).

³⁰ Sobre esta questão, consulte “Quale responsabilità per l’impresa? Immunitas e communitas a confronto”, em Luigino Bruni (2005: 57-89).

³¹ Guilherme d’Oliveira Martins, “Tempo de atenção e cuidado!” em <http://100mim.wordpress.com/2011/07/17/mes-summer-time-guilherme-oliveira-martins-e-flannery-o-connor/>

³² Como também defende Luigino Bruni, a solidariedade não se confunde com a fraternidade, pois a primeira pode sempre acabar por ser uma experiência de *immunitas*, por não lhe ser pedida necessariamente a contaminação com a ferida dos outros (Bruni, 2005: 195, nota de rodapé nº 149).

³³ Ver, “L’abbraccio dell’altro”, em Luigino Bruni, 2005: 192-198.

³⁴ Intellectuals & Power: A conversation between Michel Foucault and Gilles Deleuze, p. 2.

Referências Bibliográficas

- Bernauer, J. e Carrette, J. (2004), *Michel Foucault and Theology - The Politics of Religious Experience*, Londres: Ashgate.
- Bouchard, F. D. (ed.) (1980), *Language, Counter-Memory, Practice: Selected Essays and Interviews*, Cornell University Press.
- Bruni, L. (2005), *La Ferita dell’Altro – Economia e Relazioni Umane*, Trento: Il Margine.
- Bruni, L. e Zamagni, S. (2010), *Economia Civile – Eficiência, Equidade, Felicidade Pública*, São Paulo: Cidade Nova.
- Caputo, J. D. (1993), “On Not Knowing, Who We Are: Madness, Hermeneutics and the Night of truth in Foucault”, in Bernauer, J. e Carrette, J. (eds.), *Michel Foucault and Theology - The Politics of Religious Experience*, Londres: Ashgate.
- Caputo, J. D. (1997a), *Deconstruction in a Nutshell: A Conversation with Jacques Derrida*, Nova Iorque: Fortham University Press.
- Caputo, J. D. (1997b), *Prayers and Tears of Jacques Derrida – Religion Without Religion*, EUA: John Wiley & Sons.
- Caputo, J. D. (2007), *What world Jesus Deconstruct - the Good News of Post-modernism for the Church*, EUA: Baker Academic.
- Carrette, J. (2000), *Foucault and Religion: Spiritual Corporality and Political Spirituality*, Londres: Routledge.
- Deleuze, G. (1988), *Foucault*, Translated Séan Hand, Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Derrida, J. (1967a), *De la Grammatologie*, Paris: Editions de Minuit.
- Derrida, J. (1967b), *L’écriture et la Différence*, Paris: Seuil.

Derrida, J. (1984), "Deconstruction and the Other – An Interview with Jacques Derrida", in Kearney, R., *Dialogues with Contemporary Continental Thinker*, Manchester: Manchester University Press.

Dreyfus, H. L. e Rabinow, P. (1982), *Afterward To Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*, Bighton: Harvester Press.

Falzon, C. (1998), *Foucault and Social Dialogue: Beyond Fragmentation*, Londres e Nova Iorque: Routledge.

Foucault, M. (1961), *Histoire de la Folie à l'âge Classique – Folie et Déraison*, Paris: Plon.

Foucault, M. (1966), *Les Mots et les Choses – Une Archéologie des Sciences Humaines*, Paris: Gallimard; trad. inglesa (1970), *The Order of Things: An Archaeology of the Human Sciences*, Londres: Routledge.

Foucault, M. (1969), *L'Archéologie du Savoir*, Paris: Gallimard.

Foucault, M. (1975), *Surveiller et Punir*, Paris: Gallimard.

Foucault, M. (1976), *The History of Sexuality: An Introduction*, Translated Robert Hurley, Harmondsworth: Penguin.

Foucault, M. (1980), *Language, Counter-Memory, Practice: Selected Essays and Interviews*, Cornell University Press.

Foucault, M. (1982), "The Subject of Power", in Dreyfus, H. L. e Rabinow, P., *Afterward To Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*, Bighton: Harvester Press, pp. 208-226.

Foucault, M. (1984), *The Use of Pleasure – The History of Sexuality Volume 2*, Translated by Robert Hurley, England: Penguin Books.

Fukuyama, F. (2011), *The Origins of Political Order – From Prehuman Times to the French Revolution*, Londres: Profile Books.

Huffer, L. (2010), *Mad for Foucault – Rethinking the Foundations of Queer Theory*, Nova Iorque: Columbia University Press.

Kearney, R. (ed.) (1983), *Dialogues with Contemporary Continental Thinker*, Manchester: Manchester University Press.

Lévinas, E. (1961), *Totalité et infini: essai sur l'extériorité*, Le Livre de Poche.

Lévinas, E. (1974), *Autrement qu'être ou Au-delà de l'essence*, Le Livre de Poche.

Luks, A. e Payne, P. (2001), *The Healing Power of Doing Good: The Health and Spiritual Benefits of Helping Others*, iUniverse.

Pinto, H. (2003), *Foucault, Christianity and Interfaith Dialogue*, Londres e Nova Iorque: Routledge.

Pinto, H. (2004), "The More which Exceeds Us: Foucault, Roman Catholicism and Interfaith Dialogue", in Bernauer, J. e Carrette, J. (ed.), *Michel Foucault and Theology: The Politics of Religious Experience*, Londres: Ashgate

Simons, J. (1995), *Foucault & The Political*, Londres e Nova Iorque: Routledge.

Webgrafia

Angerman, A. e Sittermann, B., "Volunteering in the European Union – an Overview", Working paper nº 2 of the Observatory for Sociopolitical Developments in Europe, Julho, 2010, disponível em: http://www.sociopoliticalobservatory.eu/uploads/tx_aebgppublications/Working_Papie_no_2_Observatory_Volunteering_in_the_EU_Overview.pdf

Decisão do Conselho de 27 de Novembro de 2009, relativa ao Ano Europeu das Actividades de Voluntariado que Promovam uma Cidadania Activa (2011) [2010/37/CE], disponível em: <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2010:017:0043:0049:PT:PDF>

DN Portugal. 41.1% de abstenção nas eleições de 5 de Junho de 2011, em Portugal, disponível em: http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1870867

Eleições europeias 2009, disponível em: http://www.europarl.europa.eu/pdf/eurobarometre/28_07/FR_pt.pdf

Europe to penalise employers of illegal immigrants, disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?language=en&type=IM-PRESS&reference=20090120IPR46696>

European Year of Volunteering 2011, *Library of the European Parliament - Library Briefing, 049/2009*, Resolution on Voluntary Work, OJEC C 010, 16 January 1984 http://www.ppoe.at/aktionen/bundesthema/bundesthema1011/pdf/faq_library-briefing_ep.pdf

European Election Database, disponível em: <http://eed.nsd.uib.no/>

Guilherme d'Oliveira Martins, Tempo de atenção e cuidado!, disponível em: <http://100mim.wordpress.com/2011/07/17/mes-summer-time-guilherme-oliveira-martins-e-flannery-o-connor/>

Illegal Immigrants and Stowaways, disponível em: <http://www.ecop.info/english/e-sap-net-35.htm>

Intellectuals & Power: A conversation between Michel Foucault and Gilles Deleuze, disponível em: <http://libcom.org/library/intellectuals-power-a-conversation-between-michel-foucault-and-gilles-deleuze>

International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies <http://www.ifrc.org/en/what-we-do/volunteers>

ILO (2011), Manual on the Measurement of Volunteer Work, The International Labour Office - Geneva: ILO, disponível em: http://www.ilo.org/global/statistics-and-databases/meetings-and-events/international-conference-of-labour-statisticians/WCMS_100574/lang--en/index.htm

Maximiliano Cenci [s/d], "Contra Deum Deus IPSE: O Núcleo Êtimo da Teologia Política de Slavoj Žižek", disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/saberes/article/download/946/873>.

Nicole Smith (2010), "A Philosophical Comparison: Paid versus Volunteer Work", disponível em: <http://www.articlemyriad.com/28.htm>.

Oh my Gov! Exposing Government's Wonders & Blunders, disponível em: http://ohmygov.com/blogs/general_news/archive/2008/04/10/number-of-illigral-immigrants-in-u-s-may-be-closer-to-20-million.aspx

Stephen Post (2011), "It's Good to be Good: 2011 Fifth Annual Scientific Report on Health, Happiness and Helping Others", disponível em: http://www.unlimitedloveinstitute.org/publications/pdf/Good_to_be_Good_2011.pdf.

The Voice of Volunteering in Europe. The Economic Value of Volunteering. The European Volunteer Measurement Project, disponível em: http://www.cev.be/113-economic_value_of_volunteering-en.html